

A PNEUMÓNICA EM MONTEMOR-O-NOVO

TERESA FONSECA*

1. O CONTEXTO DA ECLOSÃO DA PANDEMIA

O ano de 1918 revelar-se-ia particularmente trágico para os Portugueses. Ao rol de desaires provocados pela Grande Guerra viria a juntar-se a maior epidemia do século XX, considerada por alguns autores como um dos piores flagelos epidémicos da história humana: a pneumónica *influenza*, também conhecida por gripe espanhola.

A relação direta da pandemia com o conflito mundial está ainda por esclarecer¹. Mas se não esteve na sua origem, a Guerra contribuiu pelo menos para a rápida propagação do vírus, devido à concentração de muitos milhares de combatentes em espaços reduzidos e sem condições de higiene. E o regresso dos militares aos países de origem após a assinatura do Armistício agravou ainda mais o risco de contágio.

Ricardo Jorge, então Diretor-Geral de Saúde, num relatório preliminar apresentado, em março de 1919, à Comissão Sanitária dos Países Aliados, descrevia o caso do navio português *Moçambique*. Saído de Lourenço Marques a 12 de setembro de 1918 em missão de repatriamento de 952 combatentes, perdera, ao longo do percurso, 199 embarcados vítimas de pneumónica, aos quais se juntariam mais 11, já falecidos em terra².

* Doutora em História das Ideias Políticas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. mtcprfonseca@gmail.com.

¹ KILLINGRAY, 2009: 43-5.

² GARNEL, 2009: 223.

Entre abril de 1918 e fevereiro de 1919 esta doença altamente mortífera atingiu todo o mundo. Infetou centenas de milhões de pessoas. Provocou, direta e indiretamente, entre 50 a 100 milhões de vítimas mortais. E nas décadas seguintes, milhões de doentes sofreram de patologias do sistema nervoso central, consideradas sequelas da gripe³.

Em Portugal, as deficientes condições sanitárias, o atraso socioeconómico e a instabilidade político-militar da nossa jovem República representaram, no seu conjunto, os fatores determinantes da forte incidência da epidemia.

Efetivamente, o nosso país foi um dos mais atingidos da Europa. A taxa de mortalidade cifrou-se nos 9,8 por mil, apenas ultrapassada pela Espanha, a Itália e a Hungria. De acordo com as estatísticas oficiais, a pandemia vitimou em Portugal 55.780 pessoas, das quais 3.097 no ano de 1919. Todavia, as mortes podem ter ultrapassado as 100.000, se contabilizarmos os óbitos acima do normal, provocados por doenças do aparelho respiratório e por causas não esclarecidas⁴.

2. A REAÇÃO DAS AUTORIDADES

A principal dificuldade no combate à pandemia residia no desconhecimento da doença. O seu agente causador era então ignorado. Não se sabia como atuava e nenhum medicamento era eficaz no seu combate. A divergência de posições face à doença gerou acesas controvérsias científicas. E aqueles que suspeitavam tratar-se de um vírus, não conseguiram isolá-lo. O atraso na adoção das medidas de contenção provocado por estas incertezas, bem como a incipiência dos tratamentos disponíveis, constituíram mais dois fatores da elevada mortalidade⁵.

A resposta do poder político ao surto epidémico foi lenta e desadequada. Em maio de 1918, o doutor Ricardo Jorge começou a alertar o governo de Sidónio Pais para a natureza mortífera da doença e a sua rápida contagiosidade⁶. Mas as primeiras instruções oficiais emanadas da Direção-Geral de Saúde surgiram apenas na segunda quinzena de setembro, impondo aos subdelegados de saúde e facultativos municipais a apresentação imediata ao serviço, «logo que apareça epidemia [...] no seu concelho»⁷.

Apenas quando a doença atingiu a fase mais virulenta é que a Secretaria de Estado do Trabalho decidiu, a 2 de outubro, emitir uma Portaria com recomendações às autoridades sanitárias, organizada em seis pontos. O primeiro determinava a sua participação obrigatória. O segundo estabelecia normas profiláticas de higiene pessoal, das habitações e dos aglomerados populacionais, impedindo grandes concentrações e limitando as deslocações ao mínimo necessário. O terceiro tratava da organização

³ KILLINGRAY, 2009: 41, 55.

⁴ SOBRAL *et al.*, 2009: 72-3.

⁵ CASTRO *et al.*, 2009: 179-187.

⁶ SOBRAL *et al.*, 2009: 77.

⁷ ADE/GC — *Registo da correspondência expedida. 1918-1919*, cx. 9, n.º 4, ofício de 21-9-1918, fl. 19v.

hospitalar, para a qual previa a requisição de edifícios, transportes, camas e roupas. O quarto avançava instruções no sentido da racionalização dos recursos humanos disponíveis, incluindo a convocação de médicos aposentados. O quinto organizava territorialmente a prestação de serviços médicos e farmacêuticos. E o sexto prescrevia o modo de organização local da assistência aos infetados, coordenada pelas autoridades distritais e concelhias, apoiadas em «comissões de socorro» constituídas nas terras⁸.

O governador civil de Évora, em cumprimento destas determinações, passou a proibir as feiras e mercados no distrito, considerados focos de contágio⁹. No entanto, a medida já não foi a tempo de impedir a realização das feiras anuais de Vila Viçosa e de Montemor-o-Novo, a primeira de 29 a 31 de agosto¹⁰ e a segunda entre 31 de agosto e 3 de setembro¹¹. Ambas atraíam milhares de forasteiros e constituíram por certo um fator assinalável de contágio, tanto mais que a doença já assolava o concelho de Vila Viçosa pelo menos desde finais de julho¹².

Além de tardias, as diretivas estatais foram pouco precisas e postas em prática com uma lentidão que não correspondia ao alastrar implacável da epidemia. O governador civil de Évora, dois dias após a publicação da Portaria atrás referida, inquiria o delegado de saúde do mesmo distrito se deveria «ordenar a proibição dos espetáculos públicos», à semelhança do que praticara relativamente aos mercados e feiras¹³. E apenas a 5 de outubro recomendava ao Comissário da Polícia Cívica da mesma área que procedesse ao encerramento das escolas particulares de ensino primário e secundário, nos termos já praticados com as de ensino público¹⁴.

3. A PNEUMÔNICA NO CONCELHO DE MONTEMOR-O-NOVO

Tal como Portugal no contexto europeu, também o concelho de Montemor-o-Novo foi particularmente atingido relativamente ao conjunto do distrito de Évora. No Quadro n.º 1¹⁵, constatamos que as 611 mortes por gripe em 1918 (320 homens e 291 mulheres) são, em números absolutos, muito superiores às dos outros concelhos. Correspondem a 32,14% do total de óbitos pela mesma doença nesse ano no distrito,

⁸ SOBRAL *et al.*, 2009: 77-9.

⁹ «Democracia do Sul», n.º 899, de 3-10-1918.

¹⁰ ADE/GC — *Registo da correspondência expedida. 1918-1919*, cx. 9, n.º 4, ofício de 24-8-1918, fl. 11.

¹¹ ADE/GC — *Registo da correspondência expedida. 1918-1919*, cx. 9, n.º 4, ofício de 28-8-1918, fl. 12.

¹² ADE/GC — *Registo da correspondência expedida. 1918-1919*, cx. 9, n.º 4, ofício de 1-8-1918.

¹³ ADE/GC — *Registo da correspondência expedida. 1918-1919*, cx. 9, n.º 4, ofício de 4-10-1918.

¹⁴ ADE/GC — *Registo da correspondência expedida. 1918-1919*, cx. 9, n.º 4, ofício de 5-10-1918.

¹⁵ Os elementos deste quadro foram extraídos de: *Estatística do movimento fisiológico da população de Portugal. Ano de 1918, 1922*: 84; e *Estatística do movimento fisiológico da população de Portugal. Ano de 1919, 1924*: 84.

quando a sua população rondaria os 15% dos moradores da mesma área¹⁶. Évora, o mais populoso, contou com 203 casos¹⁷.

Quadro 1. Óbitos por gripe no distrito de Évora

Concelhos	Anos		Total/Concelhos
	1918	1919	
Alandroal	14	1	15
Arraiolos	70	7	77
Borba	65	4	69
Estremoz	152	20	172
Évora	203	29	232
Montemor-o-Novo	611	11	622
Mora	44	8	52
Mourão	160	11	171
Portel	119	1	120
Redondo	131	1	132
Reguengos de Monsaraz	225	7	232
Viana do Alentejo	59	0	59
Vila Viçosa	48	7	55
Total	1.901	107	2.008

Em termos relativos foi o segundo concelho mais atingido (veja-se o Quadro 2), precedido apenas por Mourão e seguido de perto por Reguengos de Monsaraz, dois casos a merecer também um estudo detalhado. E a média distrital de 13,1 óbitos, superou também a nacional acima referida de 9,8.

Todavia, o número real de óbitos neste concelho, à semelhança do que parece ter sucedido um pouco por toda a parte, foi provavelmente bastante superior ao admitido oficialmente, devido ao montante elevado de patologias do foro respiratório e a outras «ignoradas ou mal definidas», ambas apresentadas no Quadro 3.

Quadro 2. Percentagem de óbitos por gripe relativamente à população

Concelhos	População (1920)	Óbitos por gripe	Óbitos/mil hab
Alandroal	8.888	15	1,68
Arraiolos	10.525	77	7,31
Borba	7.411	69	9,31
Estremoz	18.865	172	9,11
Évora	28.042	232	8,27
Montemor-o-Novo	24.383	622	25,5
Mora	6.832	52	7,61
Mourão	4.122	171	41,48

¹⁶ Com base nos censos de 1911 e 1920, os residentes do concelho de Montemor-o-Novo representavam respetivamente 14,77% e 15,63% do total do distrito. *Censo da população de Portugal. No 1.º de Dezembro de 1911. Parte I*, 1913: 110. E *Censo da população de Portugal. Dezembro de 1920. Volume I*, 1923: 266.

¹⁷ *Censo da população de Portugal. Dezembro de 1920. Volume I*, 1920: 6-9.

Concelhos	População (1920)	Óbitos por gripe	Óbitos/mil hab
Portel	9.294	120	12,91
Redondo	9.050	132	14,58
Reguengos de Monsaraz	11.091	232	20,91
Viana do Alentejo	6.989	59	8,44
Vila Viçosa	7.747	55	7,09
Total	153.239	2.008	13.1

O eclodir da Guerra em 1914 e mais ainda a entrada oficial de Portugal no conflito, em 1916, contribuíram para agravar as já débeis condições de vida da população, do que resultou um aumento da mortalidade. Além da tuberculose, na altura a principal causa de morte, ocorreram surtos epidémicos de varíola, febre tifoide, tifo exantemático e disenteria¹⁸, que diminuíram ainda mais a capacidade de resistência dos Portugueses à pandemia que se avizinhava.

Na vila de Montemor-o-Novo, o acréscimo considerável da mortalidade levou a Misericórdia local a reforçar, em 1916, o pagamento aos servos da carreta funerária, devido «ao excesso de trabalho»¹⁹. No ano seguinte, um surto de tosse convulsa e de enterites atacou «um grande número de crianças» por todo o concelho²⁰. Em agosto de 1918, Vendas Novas encontrava-se assolada por «muitas doenças» e sem açúcar para produzir os medicamentos indispensáveis ao seu combate²¹. E em outubro desse ano, além da pneumónica, grassavam em Lavre mais duas epidemias, a varíola e o paludismo²².

Quadro 3. Causas de morte no concelho de Montemor-o-Novo

Doenças	Anos	
	1918	1919
Gripe	611	11
Pneumonia	52	14
Tuberculose	36	26
Bronquite	20	16
Diarreia e enterite	96	66
Doenças cardiovasculares	66	70
Doenças ignoradas ou mal definidas	82	45
Outras causas de morte	347	189
Total	1310	437

¹⁸ SOBRAL *et al.*, 2009: 65.

¹⁹ ASCMMN — *Livro de atas das sessões da Misericórdia (1914-1925)*, sessão de 19-6-1916, fl. 29v.

²⁰ «Democracia do Sul», n.º 792, de 19-8-1917.

²¹ AMMN/CMN — A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofício de 2-8-1918.

²² AMMN/CMN — A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofício de 8-10-1918.

Os primeiros casos conhecidos de pneumónica em Montemor teriam sido detetados precisamente em Lavre, a 26 de setembro²³. Pela mesma altura atingiu Vendas Novas, onde «avançava de modo assustador». Nesta freguesia chegavam a ocorrer nove casos fatais diários, principalmente nos setores economicamente mais desfavorecidos²⁴.

Alguns dias depois, a epidemia generalizou-se a todo o concelho, atingindo, em outubro e novembro, a fase mais intensa e mortífera, em sintonia com a tendência nacional.

Quando a doença eclodiu em Lavre, o médico da freguesia, Raimundo da Silva Mendes, desistiu da licença prevista para o período de 1 a 7 de outubro²⁵. A 2 de outubro, o seu colega de Vendas Novas, David Ferreira dos Santos, foi instado a regressar imediatamente de férias, pois a sua área de trabalho estava a ser «duramente devastada»²⁶.

As escolas do concelho encerraram²⁷, em cumprimento da Portaria de 2 de outubro, sendo as de Cabrela²⁸ e Vendas Novas²⁹ transformadas em hospitais.

O desta última localidade, do qual possuímos mais informação, era designado por «hospital dos epidemiados» e destinava-se preferencialmente a doentes pobres. Foi criado por uma comissão organizadora, da qual faziam parte a Junta de Freguesia, o comandante da Escola Prática de Artilharia, o médico municipal, outros dois clínicos da terra e nove vendasnovenses³⁰. Nele se instalaram mais de 30 camas, disponibilizadas pela Escola de Artilharia, que também forneceu roupa e ajudou a implementar medidas de higiene. A Junta de Freguesia procedeu também à requisição de «bastantes automóveis» para o «serviço clínico»³¹.

A partir da segunda semana de outubro, a situação no concelho atingiu níveis de catástrofe. No dia 15, o presidente da comissão de socorros municipal, Augusto Rodrigues da Silva Ramalho, conde de Safira, convocou os proprietários, comerciantes, industriais e funcionários públicos para uma reunião, com o objetivo de se tomarem novas providências, devido à «forma aterradora» como lavrava a pneumónica³².

A grande necessidade de médicos nas zonas de guerra obrigara ao seu recrutamento intensivo³³. Por isso escasseavam em todo o país e mais ainda nos concelhos onde já

²³ AMMN/CMN — A4 C86, *Correspondência Recebida. 1918*, ofício de 8-10-1918.

²⁴ PAIS, 1985: 90-1.

²⁵ AMMN/CMN — A4 C86, *Correspondência Recebida. 1918*, ofício de 8-10-1918.

²⁶ AMMN/CMN — A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida. 1918-1919*, telegrama de 2-10-1918, fl. 44.

²⁷ AMMN/CMN — A4 C86, *Correspondência Recebida. 1918*, ofício de 3-11-1918.

²⁸ AMMN/CMN — A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida. 1918-1919*, telegrama de 21-10-1918, fls. 51-51v.

²⁹ AMMN/CMN — A4 C86, *Correspondência Recebida. 1918*, ofício de 10-10-1918.

³⁰ PAIS, 1985: 90.

³¹ AMMN/CMN — A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida. 1918-1919*, ofício de 28-10-1918, fl. 54.

³² AMMN/CMN — A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida. 1918-1919*, ofício-circular de 15-10-1918, fl. 4 15-10-1918, fl. 49.

³³ FRAGA, 1996: 121-6.

eram insuficientes em tempos de paz. Era o caso de Montemor-o-Novo, onde pelo menos dois clínicos foram mobilizados: um dos facultativos da Misericórdia³⁴ e o da freguesia de S. Cristóvão³⁵.

Esta carência de profissionais de saúde, agravada pela extensão do concelho, constituiu, a nosso ver, a principal causa do efeito desastroso da epidemia. O já referido médico municipal da extensíssima freguesia de Lavre explicava, a 8 de outubro, ao presidente da câmara, Alberto Malta de Mira Mendes, que os inúmeros casos fatais da doença na sua área se deviam ao facto de os epidemiados terem tido socorros médicos apenas quando «já estavam doentes há 15 dias»³⁶.

A 10 do mesmo mês, os seus dois colegas de Vendas Novas informavam a edilidade da incapacidade «para atender tanto doente». Sugeriam o contrato do clínico reformado Aleixo Pais, para cuidar do hospital, o que de facto veio a suceder³⁷. E expressavam o receio de que a epidemia, a prolongar-se, os conduzisse «a uma situação desesperada»³⁸.

Para termos uma ideia das dificuldades de acesso às aldeias e montes mais isolados, vejamos o caso de Cabrela. Sem clínico, era assistida pelo médico municipal da populosa vila de Vendas Novas. Para chegar àquela freguesia, onde ia uma vez por semana, este tinha de percorrer, em carro de aluguer, 17 quilómetros de ida e outros tantos de regresso, por estrada macadamizada. Mas o preço proibitivo do combustível e o seu quase desaparecimento do mercado levaram-no a optar por um caminho vicinal, um pouco mais curto, mas apenas acessível por cavalo. Contudo, os equídeos, também muito requisitados para a Guerra, tornavam-se difíceis de adquirir. E tais obstáculos deixavam os cabrelenses frequentemente desamparados³⁹.

Por isso compreende-se que o presidente da câmara, quando, a 21 de outubro, implorava ao governador civil «urgentíssimas providências» para enfrentar a gripe que alastrava «assustadoramente em todo o concelho», assinalasse como situação particularmente grave a de Cabrela, onde estava «a morrer gente por falta de assistência»⁴⁰. E uma semana mais tarde, a exaustão provocada pelo excesso de trabalho levou o doutor David Ferreira dos Santos a adoecer gravemente, privando Vendas Novas e Cabrela do seu médico municipal, o que tornou a situação ainda mais desesperada⁴¹.

Com a já referida mobilização militar do médico de S. Cristóvão, passou a competir ao do Escoural, João José Camões, a assistência àquela freguesia, que devia

³⁴ A.S.C.M.M.N. — *Livro de atas das sessões da Misericórdia (1914-1925)*, sessão de 9-10-1916, fls. 33v.-34.

³⁵ «A Folha do Sul», n.º 1651, de 11-1-1919.

³⁶ AMMN/CMN — A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofício de 8-10-1918.

³⁷ PAIS, 1985: 91.

³⁸ AMMN/CMN — A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofício de 10-10-1918.

³⁹ AMMN/CMN — A4 C85, *Correspondência Recebida*. 1917, ofício de 7-11-1917. *Idem*, A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofício de 15-6-1918.

⁴⁰ AMMN/CMN — A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida*. 1918-1919, ofício de 21-10-1918, fl. 51. Por interferência do Governo Civil, foi finalmente colocado um farmacêutico a 25 de outubro.

⁴¹ AMMN/CMN — A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofício de 27-10-1918.

visitar todas as quartas-feiras⁴²: e apesar de o clínico não ter mãos a medir na populosa vila escouralense, a edilidade instava-o a «fazer repetidas e demoradas visitas» àquela aldeia, por ali «grassar intensamente» a epidemia⁴³.

Além de médicos também escasseavam outros profissionais de saúde. O Escoural, embora tivesse o seu próprio clínico, faltava-lhe um farmacêutico capaz de produzir e aviar as receitas⁴⁴.

O elevado número de doentes e de óbitos afetou a atividade administrativa do concelho. A 20 de outubro, o regedor de Lavre informava a câmara de que um vogal da junta de freguesia falecera e o presidente se encontrava doente, embora este último tivesse sobrevivido⁴⁵. No dia 23, o presidente da edilidade justificava ao governador civil o atraso numa resposta com o facto de ter «parte do pessoal da secretaria» doente⁴⁶. E a junta de freguesia de Cabrela suspendeu as reuniões entre 30 de julho e 21 de novembro de 1918, por os seus três membros se encontrarem doentes⁴⁷.

Os combatentes em situação de licença também não escapavam à doença. O administrador do concelho expediu, entre outubro de 1918 e março de 1919, vários ofícios para diversas unidades militares, sobre soldados «gravemente doentes» internados no hospital de Montemor ou entretanto falecidos⁴⁸.

Como sucedeu por toda a parte⁴⁹, também neste concelho a pandemia vitimou sobretudo adultos jovens, do que resultou um número elevado de órfãos. Em dezembro de 1918 e julho de 1919, os presidentes da câmara encetaram diligências junto do Asilo Montemorense da Infância Desvalida e do Ministério da Justiça, com vista ao internamento de meninas cujos progenitores tinham falecido ou se encontravam enfermos⁵⁰.

Apesar do escasso conhecimento sobre a epidemia, os cuidados médicos atempados evitavam, em muitos casos, a sua evolução fatal. Daí que em Lisboa e Porto, onde os serviços de saúde eram mais eficazes, os seus efeitos mortíferos tivessem sido inferiores aos do mundo rural. E apesar de ter atacado todos os grupos sociais, a doença manifestou-se com maior gravidade entre os afetados com piores condições de vida e de habitação⁵¹.

⁴² AMMN/CMN — A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofícios de 27-2-1918 e de 9-3-1918.

⁴³ AMMN/CMN — A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida*. 1918-1919, telegrama de 17-10-1918, fl. 49.

⁴⁴ ADE/GC — *Registo da correspondência expedida*. 1918-1919, cx. 9, n.º 4, ofício de 25-10-1918, fl. 30v.

⁴⁵ ADE/GC — *Registo da correspondência expedida*. 1918-1919, cx. 9, n.º 4, ofícios de 20-10-1918, de 28-11-1918 e de 26-12-1918.

⁴⁶ AMMN/CMN — A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida*. 1918-1919, ofício de 23-10-1918, fls. 53-53v.

⁴⁷ AMMN — *Junta de Freguesia de Cabrela*. 1G1 B11. *Livros de Atas da Junta de Paróquia*, 1914-1924, fl. 41v.

⁴⁸ AMMN/AC — B3 C64, *Livros de Registo de Correspondência Expedida*. 1917-1919. Vários ofícios.

⁴⁹ KILLINGRAY, 2009: 51.

⁵⁰ AMMN/CMN — A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida*. 1918-1919, ofícios de 14-12-1918, fls. 63v. e 64; A7 C37, *Registo da Correspondência Expedida*. 1912-1934, ofício de 3-7-1919, fl. 55v. AMMN — *Asilo da Infância Desvalida*. 5M1, *Requerimentos para a entrada de alunas*. 1887-1927.

⁵¹ SOBRAL *et al.*, 2009: 76.

A crise das subsistências provocada pela guerra representou mais um obstáculo ao combate à doença. A Portaria de 2 de outubro proibia as farmácias de aumentarem o preço dos medicamentos. Responsabilizava as autoridades locais pelo provimento destes estabelecimentos dos remédios mais necessários, bem como pelo pagamento das receitas destinadas aos doentes pobres⁵². Porém, nesta época de carência generalizada, os desinfetantes e as drogas medicamentosas tornaram-se muito caros e raros. O governador civil de Évora recebia apelos angustiados das autoridades concelhias, pedindo o fornecimento urgente dos produtos em falta, bem como de mantas e enxergas. Incapaz de remediar a situação, este remetia cópia dos ofícios para a Direção Geral de Saúde. Mas conhecendo de antemão as dificuldades deste organismo central, a braços com pedidos de todo o país, ia aconselhando as câmaras a tentarem, por si próprias, a aquisição de medicamentos «nos depósitos de Lisboa» e de mantas e enxergas junto do exército ou de beneméritos particulares⁵³.

Os fornecedores de cloridrato de quinino, sinapismos, creolina, alcatrão e açúcar, atrasavam-se na entrega dos produtos, apesar de pagos antecipadamente a preços exorbitantes. Por isso a edilidade pedia às autoridades distritais e governamentais para pressionarem os vendedores, advertindo para o perigo de insurreição das populações desesperadas⁵⁴.

O açúcar, um componente indispensável ao fabrico de xaropes e outros medicamentos, chegou a desaparecer por completo das farmácias, dos hospitais da sede do concelho e da vila de Lavre, e das enfermarias improvisadas em Cabrela e Vendas Novas, para já não falar das casas particulares⁵⁵. O doutor Raimundo da Silva Mendes, na exposição de 8 de outubro já referida, informava que o povo confeccionava «beberragens quentes com açúcar», com as quais, em casos menos graves, obtinha bons resultados «sem chamar o médico». Mas como já se esgotara em Lavre, quem tinha posses ia buscá-lo a Vendas Novas. No entanto, em poucos dias desapareceria também desta localidade e certamente de todo o país, pois até em Lisboa e no Porto se registou a sua falta⁵⁶.

Perante a impotência governamental, as comunidades procuraram ajudar-se a si próprias, como sugeria o governador civil eborense. Em Montemor-o-Novo, o associativismo, tanto de feição mutualista como de classe, tinha já alguma tradição, que radicava no século XIX. Quando eclodiu o conflito mundial, tais organizações encaminharam uma boa parte da atividade para o auxílio às famílias dos combatentes.

⁵² SOBRAL *et al.*, 2009: 78-9.

⁵³ ADE/GC — *Registo da correspondência expedida. 1918-1919*, cx. 9, n.º 4, ofícios do Governo Civil para várias entidades, de 12-10-1918, fls. 26v.-27.

⁵⁴ AMMN/CMN — A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida. 1918-1919*, ofícios dirigidos a várias entidades, registados nos fls. 34 a 58v.

⁵⁵ AMMN/CMN — A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida. 1918-1919*, ofício de 25-11-1918, dirigido pela Câmara Municipal à Secretaria de Estado dos Abastecimentos, fl. 58v.

⁵⁶ SOBRAL *et al.*, 2009: 81.

Com o surgimento da epidemia, puseram-se ao serviço das instituições de apoio aos doentes e aos setores mais vulneráveis da população, como a Misericórdia, o Asilo da Infância Desvalida ou o Asilo de Mendicidade. Para o efeito, organizavam peditórios, festas populares, quermesses, saraus, concertos musicais, touradas e vacadas, distribuindo posteriormente o lucro das iniciativas por estas casas de beneficência. A câmara municipal também colaborava, através da cedência gratuita do Teatro Municipal e da dispensa do pagamento da água, luz e pessoal de apoio⁵⁷.

Nesta fase particularmente difícil, aumentaram também consideravelmente os donativos individuais⁵⁸, alguns bastante significativos. Em sessão de 9 de novembro de 1918, a Mesa da Santa Casa montemorense registava um voto de reconhecimento ao benemérito António Joaquim Marques dos Santos, pela oferta de medicamentos, roupas, géneros alimentícios e «três camas completas». Tais donativos, entregues no hospital de Santo André, administrado pela Misericórdia, permitiram albergar muitos doentes afetados pela «terrível epidemia»⁵⁹.

Os recursos financeiros do município esgotavam-se na aquisição de medicamentos e desinfetantes, na ajuda às instituições de beneficência e em outras despesas destinadas a minimizar os efeitos da doença. Em dezembro de 1918, a edilidade requeria à Caixa Geral de Depósitos a prorrogação do pagamento de um empréstimo, «devido às grandes despesas obrigatórias [...] mormente as que derivaram da [...] pneumónica»⁶⁰. As casas de caridade que mais dependiam do seu apoio eram a Misericórdia e o Asilo da Infância Desvalida. A primeira, apesar de ter o hospital sempre cheio, continuava a albergar todos quantos a ele acorriam, apoiando com assistência médica e remédios gratuitos não só os pobres habituais, mas muitos outros que iam empobrecendo. E o segundo deparava-se, em finais de 1918, com uma «crise financeira angustiosa», devido às «muitas despesas provocadas pela recente epidemia»⁶¹.

Em janeiro de 1919 acabaria finalmente por chegar à câmara um subsídio governamental há muito prometido, que ajudou pelo menos ao pagamento de várias despesas por liquidar⁶². Todavia, no período de maior desespero, os montemorenses, como sucedeu um pouco por todo o país, ficaram entregues a si próprios, assistindo, impotentes, à morte avassaladora dos seus conterrâneos, amigos e familiares, tendo no forte espírito comunitário o único recurso para atenuar os efeitos desastrosos da epidemia.

⁵⁷ FONSECA, 2013: 149-65.

⁵⁸ FONSECA, 2016: 316-18.

⁵⁹ ASCMMN — *Livro de atas das sessões da Misericórdia (1914-1925)*, sessão de 9-11-1918, fls. 48v.-49.

⁶⁰ AMMN/CMN — A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida. 1918-1919*, ofícios de 9-10-1918, fls. 45 e 45v.; e de 14-12-1918, fls. 64-64v.

⁶¹ AMMN/CMN — A4 C86, *Correspondência Recebida. 1918*, ofícios de 13-4-1918, de 7-12-1918.

⁶² AMMN/CMN — A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida. 1918-1919*, ofício de 5-1-1919, fl. 68v.

ABREVIATURAS

AC — Administração do Concelho

ADE — Arquivo Distrital de Évora

AMMN — Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo

ASCMMN — Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo

CMN — Câmara de Montemor-o-Novo

GC — Governo Civil de Évora

FONTES

Arquivo Distrital de Évora

ADE/GC — *Registo da correspondência expedida. 1918-1919*, cx. 9, n.º 4, ofício de 1-8-1918; ofício de 24-8-1918, fl. 11; ofício de 28-8-1918, fl. 12; ofício de 21-9-1918, fl. 19v.; ofício de 4-10-1918; ofício de 5-10-1918; ofícios do Governo Civil para várias entidades, de 12-10-1918, fls. 26v.-27; ofícios de 20-10-1918, de 28-11-1918 e de 26-12-1918; ofício de 25-10-1918, fl. 30v.

Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo

AMMN — *Asilo da Infância Desvalida. 5M1, Requerimentos para a entrada de alunas. 1887-1927*.

AMMN — *Junta de Freguesia de Cabrela. 1G1 B11. Livros de Atas da Junta de Paróquia, 1914-1924*, fl. 41v.

AMMN/CMN — A4 C85, *Correspondência Recebida. 1917*, ofício de 7-11-1917.

AMMN/CMN — A4 C86, *Correspondência Recebida. 1918*, ofícios de 27-2-1918 e de 9-3-1918; ofício de 2-8-1918; ofício de 8-10-1918; ofício de 10-10-1918; ofício de 27-10-1918; ofício de 3-11-1918; *ofícios de 13-4-1918*, de 7-12-1918.

AMMN/CMN — A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida. 1918-1919*, ofício-circular de 15-10-1918, fl. 4 15-10-1918, fl. 49; ofício de 21-10-1918, fl. 51; ofício de 28-10-1918, fl. 54; ofício de 23-10-1918, fls. 53-53v.; ofício de 25-11-1918, fl. 58v.; ofícios de 14-12-1918, fls. 63v. e 64; ofícios de 9-10-1918, fls. 45 e 45v.; e de 14-12-1918, fls. 64-64v.; ofícios dirigidos a várias entidades, registados nos fls. 34 a 58v.; telegrama de 2-10-1918, fl. 44; telegrama de 17-10-1918, fl. 49.; telegrama de 21-10-1918, fls. 51-51v.

AMMN/AC — B3 C64, *Livros de Registo de Correspondência Expedida. 1917-1919*. Vários ofícios.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo

ASCMMN — *Livro de atas das sessões da Misericórdia (1914-1925)*, sessão de 19-6-1916, fl. 29v.; sessão de 9-10-1916, fls. 33v.-34; sessão de 9-11-1918, fls. 48v.-49.

BIBLIOGRAFIA

«A FOLHA do sul», n.º 1651. Montemor-o-Novo: [s.n.], 1919.

CASTRO, Paula, et al. (2009) — *Gripe pneumónica em Portugal: tensões, controvérsias e incertezas de uma época de transições*. In CASTRO, Paula et al., org. — *A pandemia esquecida. Olhares comparados sobre a pneumónica. 1918-1919*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 179-195.

CENSO da população de Portugal. Dezembro de 1920. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1923, vol. I.

CENSO da população de Portugal. No 1.º de Dezembro de 1911. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913, parte I.

«DEMOCRACIA do Sul», n.º 899. Évora: [s.n.], 1918.

ESTATÍSTICA do movimento fisiológico da população de Portugal. Ano de 1918. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922.

ESTATÍSTICA do movimento fisiológico da população de Portugal. Ano de 1919. Lisboa: Imprensa Nacional, 1924.

- FONSECA, Teresa (2013) — *O impacto da Grande Guerra em Montemor-o-Novo*. In FONSECA, Jorge; FONSECA, Teresa, coord. — *Cinco Olhares sobre a República*. Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, p. 113-176.
- ____ (2016) — *As Misericórdias e a Grande Guerra. O caso de Montemor-o-Novo*. In ARAÚJO, Marta Lobo, coord. — *A intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos*. Braga: Santa Casa da Misericórdia, p. 301-331.
- FRAGA, Luís M. Alves de (1996) — *Portugal na Grande Guerra. O recrutamento, a mobilização e o roulement nas frentes de combate. Factos e números*. In *O recrutamento militar em Portugal. Atas do VII Colóquio de História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, p. 97-135.
- GARNEL, Maria Rita Lino (2009) — *Morte e memória da pneumónica de 1918*. In SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luísa; CASTRO, Paula; SOUSA, Paulo Silveira, org. — *A pandemia esquecida. Olhares comparados sobre a pneumónica. 1918-1919*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 221-253.
- KILLINGRAY, David (2009) — *A pandemia de gripe de 1918-1919: causas, evolução e consequências*. In SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luísa; CASTRO, Paula; PAIS, Artur Aleixo (1985) — *Vendas Novas. Das origens do povoado a sede de concelho*. Vendas Novas: Notícias de Vendas Novas, vol. 1.
- PAIS, Artur Aleixo (1985) — *Vendas Novas das Origens do Povoado a sede de Concelho*. Vendas Novas: Notícias de Vendas Novas, vol. I.
- SOBRAL, José Manuel; SOUSA, Paulo Silveira e; LIMA, Maria Luísa; CASTRO, Paula (2009) — *Perante a pneumónica: a pandemia e as respostas das autoridades de saúde pública e dos agentes políticos em Portugal (1918-1919)*. In SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luísa; CASTRO, Paula; SOUSA, Paulo Silveira, org. — *A pandemia esquecida. Olhares comparados sobre a pneumónica. 1918-1919*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 63-91.
- SOUSA, Paulo Silveira, org. — *A pandemia esquecida. Olhares comparados sobre a pneumónica. 1918-1919*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 41-61.